

Ofício nº 016/2019

Ourinhos/SP, 14 de fevereiro de 2019.

Excelentíssimos Senhores
Presidente da Câmara Municipal
Alexandre Florêncio Dias

Demais Vereadores

Abel Diniz Fiel
Alexandre Araújo Dauage
Anísio Aparecido Felicetti
Aparecido Luiz
Ariovaldo de Almeida Silva
Caio César de Almeida Lima
Carlos Alberto Costa Prado
Cícero de Aquino
Edvaldo Lúcio Abel
Flávio Luis Ambrozim
José Carlos Vieira dos Santos
Mario Sérgio Pazianoto
Raquel Borges Spada
Salim Mattar
Câmara Municipal de Ourinhos/SP

Assunto: Sugestão para a realização das Sessões Ordinárias na Câmara Municipal de Ourinhos

O **OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - OURINHOS¹**, na rotina do cumprimento de seus objetivos e em acompanhamento a produção Legislativa realizada na Câmara Municipal de Ourinhos em comparação com algumas cidades da Região, se observou que a maioria as Sessões Ordinárias não são realizadas as leituras dos Requerimentos, Indicações e Moções.

Um exemplo plausível a este contexto, vem da Cidade de Bauru, onde os Requerimentos, Indicações e Moções elaborados pelos Vereadores não são lidos nas Sessões Ordinárias, já que os mesmos se encontram disponíveis nos meios de comunicação do Poder Público Municipal, estando disponíveis no Diário Oficial do Município (em anexo) e no site da Câmara Municipal de Bauru (link: <https://www.bauru.sp.leg.br/atividade-legislativa/pautas-das-sessoes-1>).

¹ O Observatório Social do Brasil - Ourinhos é uma organização não governamental, sem fins econômicos, que no exercício da cidadania tem como missão o controle social e o acompanhamento dos gastos públicos, a fim de garantir a qualidade de sua aplicação, prerrogativas estas previstas no artigo 5º, inciso XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal.

PELA TRANSPARÊNCIA E BOA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

No início das Sessões Ordinárias, o 1º Secretário da Casa de Leis, solicita que os Requerimentos, Indicações e Moções sejam dados como lidos, conseqüentemente, o Presidente da Casa e Plenário aprovam a solicitação e, assim, dão continuidade a leitura, discussão e aprovação de Projetos de Leis e outros.

Ante o apresentado, vimos por meio deste solicitar de V.Ex.as. as informações a saber:

1- Solicitamos, que os Requerimentos, Indicações e Moções não sejam lidos nas Sessões Ordinárias, mas, apenas talvez lidos a quantidade total que cada Vereador protocolou na referida sessão, tendo em vista a publicidade das Pautas postadas no site oficial da Câmara Municipal de Ourinhos e a morosidade com a leitura dos mesmos, o que prejudica o tempo de discussão e aprovação dos Projetos de Leis, entre outros e que, segundo informações transmitidas à Equipe do OSBO, causa desmotivação dos munícipes/cidadãos em participarem das sessões. Isto, com certeza, é o motivo de tão poucos munícipes acompanharem as Sessões na Câmara Municipal de Ourinhos;

2- Solicitamos documentos que descrevam as HORAS EXTRAS e ADICIONAIS NOTURNOS gastos nesta Câmara Municipal, nos anos de 2017 e 2018, desta atual legislatura, de forma detalhada, ou seja, mês a mês, considerando que, não há no site desta Câmara tais informações descritas nos salários dos servidores, assessores e parlamentares, mas, sim, descreve-os de forma globalizada em conjunto com diversos itens na coluna INDENIZAÇÕES (Anexo II).

Assim, solicitamos a postagem destes gastos no site (link: <https://www.camaraourinhos.sp.gov.br/public/esic/servidores/remuneracaoServidores.php>, contribuindo, desta forma com a transparência na administração pública e propiciando aos cidadãos informações claras e precisas, conforme sugestão que segue (Anexo III).

Vale ressaltar que a transparência na administração pública, tem como núcleo jurídico, o Princípio da Transparência, previsto constitucionalmente no *caput* do artigo 37.

Reiteramos que temos como objetivo exercer o controle social, a fim de garantir a qualidade na aplicação dos recursos públicos, principal atividade exercida pelo Observatório Social do Brasil – Ourinhos.

Atenciosamente,


Eurico Aparecido Rodrigues

Presidente Observatório Social do Brasil - Ourinhos

PELA TRANSPARÊNCIA E BOA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.